

Revista Formadores

Vivências e Estudos

MOSAICO - CAPOEIRUÇU

Volume 9 Número 6 Dezembro 2016

ISSN: 2177-7780 • ONLINE ISSN: 1806-5457 • IMPRESSA

Tânia Moura Benevides
taniamoura2511@gmail.com

Graduada em Administração pela Faculdade Ruy Barbosa (1996), especialista em Finanças Empresariais pela FGV (2000), mestre em Administração Estratégica pela Universidade Salvador (2003) e doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2012). Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), professora adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora horista da Faculdade Adventista da Bahia (FADBA). Coordenadora pró-tempore do curso de Administração da UNEB.

Adalene Torres Barreto Sales
adalene.sales@gmail.com

Mestre em Psicologia na área da Psicologia do Desenvolvimento Humano na Universidade Federal da Bahia. Especialista em Docência do Ensino Superior: aspectos teórico-metodológicos pela PUC Minas. Graduada em Psicologia pela Faculdade Paulista de Ciências e Letras. Experiência na área de Psicologia Clínica, com ênfase em atendimento a crianças, e projetos comunitários com ênfase em ações de mudanças comportamentais em saúde (saúde preventiva e reprodutiva, DSTs, AIDS). Professora do curso de Psicologia da Faculdade Adventista da Bahia. Professora do curso de pós-graduação em Psicopedagogia e Estudos em Família da Faculdade Adventista da Bahia.

Elomar Xavier Amaro
elomar.amaro@gmail.com

Graduado em Psicologia pela Faculdade Adventista da Bahia (FADBA).

Faculdade Adventista da Bahia

BR 101, Km 197 – Caixa Postal 18
– Capoeiruçu – CEP: 44300-000 –
Cachoeira, BA

Mosaico - Capoeiruçu: Dezembro 2016
Caderno Especial

CAPOEIRUÇU: DE QUE “LUGAR” ESTAMOS FALANDO?

RESUMO

Este artigo busca analisar o Distrito de Capoeiruçu, localizado no município de Cachoeira, como um lugar que preserva aspectos geográficos, políticos, econômicos e culturais que o caracteriza enquanto lugar. Para a construção metodológica partiu-se das pesquisas bibliográficas e documentais para a construção do embasamento teórico. Para as análises foram utilizados os dados da pesquisa de campo realizada pelo grupo de alunos do curso de Psicologia da FADBA, no escopo da disciplina de Psicologia Comunitária. Os resultados da pesquisa exploratória apontam para uma caracterização de Capoeiruçu como um lugar geográfico com fraca preservação dos aspectos culturais, pois sua história e identidade cultural foram pouco preservadas, colocando-se de forma subordinada nos aspectos políticos e econômicos.

PALAVRAS-CHAVE:

Desenvolvimento. Desenvolvimento local. Território.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca refletir sobre os conceitos de lugar, desenvolvimento e território. Aqui, parte-se da premissa de que a articulação entre esses conceitos pode ajudar a melhor caracterizar localidades, neste caso o Distrito de Capoeiruçu, destacando a importância do material e simbólico na construção do espaço urbano.

Para Serpa (2012), o conceito de lugar, é trabalhado em diferentes perspectivas. São espaços de existência, enquanto fenômenos da experiência humana; são fontes de autoconhecimento e responsabilidade social, quando se considera que é no lugar que ocorrem as diversas experiências que se relacionam de modo particular. Assim, as trocas, as direções e as distâncias

constituem a existência do lugar quando há identificação e imbricamento de três componentes: traços físicos, atividades e funções.

Nesse trabalho, parte-se da seguinte perspectiva de Serpa (2012) sobre os lugares – lugares são versões dos processos de reprodução do capital. Sendo assim, lugar é um *locus* de reprodução da vida cotidiana que vai sendo permeado pelas diferentes visões de mundo e diferentes ideias de cultura. As lógicas econômicas e políticas, de caráter extra local, na maioria das vezes, o hierarquiza. No lugar, as experiências enraizadas na vida cotidiana são sobrepostas pelos valores e conteúdos hegemônicos.

Entendendo lugar como uma representação urbana, Santos (1994 apud SERPA 2012, p.100) diz que o lugar reflete e condiciona a reprodução das relações: sociais, políticas, culturais e econômicas nas mais diversas análises e escalas, relacionando espaço e sociedade. A cidade é, nos países desenvolvidos, um instrumento de acumulação de recursos e de poder, mas nos países subdesenvolvidos é apenas um instrumento de levantamento de riquezas, criando descontinuidades, explicando as diferenças no espaço nacional, regional e local. São diferenças espaciais e sociais (SANTOS, 2010).

Ao avaliar Capoeiruçu, Distrito de Cachoeira, localizado no Recôncavo Baiano, observa-se que esse “lugar” possui muitas especificidades que se vinculam ao território, as relações de troca e a sua história. Aspectos que se reconfiguram a partir da reprodução de um contexto macro, externo, imposto e hegemônico. Trata-se de um contexto de inserção desigual, onde a urbanização ocorre motivada pelos aspectos demográficos e não motivada pelas mudanças tecnológicas. Santos (2012, p.109), explicita que “a cidade dos países subdesenvolvidos aparece muitas vezes como um corpo estranho, alógeno, inserido em um meio com o qual estabelece relações descontínuas no espaço e no tempo”.

Entendendo Capoeiruçu enquanto “lugar”, a partir de uma análise circunscrita a desenvolvimento territorial, esta pesquisa tem a seguinte questão de partida: **Em que medida Capoeiruçu pode se configurar como um “lugar” no Recôncavo Baiano e como se caracteriza o processo de desenvolvimento no território?**

Para responder a tal questionamento o estudo tem como objetivo geral caracterizar o Distrito de Capoeiruçu nas dimensões política, econômica e cultural, entendendo-o como um lugar localizado no Recôncavo Baiano. Como objetivos específicos define-se: caracterizar a população local em relação a algumas dimensões sociodemográficas; caracterizar a forma de atuação dos diferentes níveis do poder público em relação as suas responsabilidades; prover subsídios para trabalhos que aprofundem esta discussão em relação a outras dimensões relevantes à compreensão do território.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de explicitar a importância do entendimento das especificidades dos “lugares” que podem ser reforçadas para favorecer o enfrentamento da homogeneização imposta pela lógica hegemônica. O Recôncavo Baiano, um dos focos de atuação do atual governo do Estado, é hoje reconhecido como um espaço de grande abandono. Entretanto, guarda aspectos geográficos e históricos importantes para o favorecimento de experiências cotidianas que constrói um enredo particular, singular e diferenciado. Além disso, espera-se gerar socialização junto à comunidade acadêmica, moradores e lideranças locais.

Na construção deste trabalho, além desta introdução, apresentam-se reflexões relativas ao conceito-chave que ancoraram a pesquisa de campo realizada – desenvolvimento, território e lugar. A seção três

apresenta o percurso metodológico trilhado, sendo sucedida da análise dos resultados. Nas considerações finais, são realizadas as sínteses analíticas dos principais resultados, assim como são apresentadas possíveis linhas de continuidade às discussões aqui travadas.

2. DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E LUGAR: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL

O desenvolvimento deve ser analisado a partir de uma perspectiva multidisciplinar, que incorpore os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, dentre outras. Apesar da relevância da dimensão econômica, esta não pode ser a única contemplada na análise que envolve o conceito de desenvolvimento, principalmente por aceitar o posicionamento de Santos (2010) quando diz que a não integração do território impede a livre circulação dos elementos da economia – capitais, bens e homens – e freia o desenvolvimento, dando ao “lugar” um papel especial, específico e original.

O território pode ser entendido, conforme Haesbaert (2007), por distintas concepções que se originam de olhares específicos de cada uma das áreas de estudo que se debruçam sobre a discussão deste importante tema na contemporaneidade.

Já “lugar” pode ser entendido como um fenômeno da experiência humana, que deve ser estudado como um lugar onde as experiências se articulam de modo particular, ou seja, onde se concretizam fenômenos através das trocas, direções e distâncias (SERPA, 2012).

Pensar em uma articulação entre esses três conceitos é pensar em uma possibilidade de entendimento para o funcionamento de determinadas regiões, aqui nesse estudo, Capoeiruçu.

Para Lopes (2015) o desenvolvimento pode ser pensado a partir de diferentes modelos teóricos. Para o autor, na teoria evolucionária neoschumpeteriana, o desenvolvimento das firmas serve para explicar os diferenciais de desenvolvimento das nações. Cita Carlota Pérez e Christopher Freeman em relação às suas propostas, ou seja, interpretar o desenvolvimento a partir das grandes inovações que acontecem nos países capitalistas, levando-se em consideração os ciclos econômicos, identificados por Nikolai Kondratieff¹ nos anos 1920, a teoria dos autores trata das inovações radicais, sendo elas as responsáveis pelas ondas longas de crescimento que duram cinco ou seis décadas. Nessa perspectiva Lopes (2015) diz que a revolução tecnológica e o novo paradigma tecnoeconômico serão essenciais na compreensão do que leva os países a um salto qualitativo de desenvolvimento, levando ao entendimento quanto a possibilidade de convergência entre os níveis de crescimento dos países desenvolvidos (líderes) e em desenvolvimento (seguidores).

[...] devido às diferenças de produtividade, existem possibilidades de os países avançarem (*forging ahead*) e alcançarem os desenvolvidos (*catching up*). Por outro lado, muitos podem ser ultrapassados

1 Nicolai Kondratieff foi um economista soviético engajado na Revolução de 1917 e executado em 1938. Criou um modelo teórico que explica a economia do mundo - Ondas de Kondratieff. Nesse modelo o modo de produção capitalista vive ciclos de 70 anos. São quatro os ciclos: a primavera, que é marcada por um período de crescimento com inflação de uns 25 anos - desemprego cai, salários e produtividade crescem, com a bonança vêm cobranças de ordem social; o verão que fala do limite do crescimento – não há mais recursos a explorar – humanos e materiais. As tensões após este período de crescimento culminem com uma guerra; o outono, que é marcado por um período de crescimento moderado. É um período em que inovações tecnológicas levam ao sucesso de algumas indústrias pontuais e o consumismo permeia a sociedade; e o inverno, onde a economia enfrenta seus limites, mas, desta vez, sendo o impacto mais violento. É quando acontecem as depressões. Uma guerra mais intensa aparece no fim deste período (FÓRUM MONITOR FINANCEIRO, 2016).

(*falling behind*) e ficarem excluídos da onda de crescimento em curso. Nos trabalhos de Carlota Perez, o que determina o avanço dos países é a sua capacidade em aproveitar as janelas de oportunidade que se abrem em cada revolução (LOPES, 2015, p.383).

Ainda em Lopes (2015), apresenta-se a teoria da regulação (TR) que explica as crises e as regularidades do modo de produção capitalista, que viabilizam, ou não, a continuidade da acumulação de capital. A TR surge a partir dos problemas observados nas economias capitalistas nos anos 1970 (estagflação) para estudar os problemas e as regularidades que acontecem ao longo da reprodução do capital. Enquanto a teoria do crescimento permite uma integração dos fenômenos que se processam no plano micro e macroeconômico.

Na TR a coerência micro e macroeconômica mantêm a estabilidade e o crescimento, em conformidade com as características da acumulação de capital em vigor. As formas institucionais são tratadas como as relações fundamentais do modo de produção capitalista, sendo elas: a forma de competição, a gestão monetária, a relação salarial, a forma de estado e de inserção no regime financeiro internacional. As formas institucionais, então, representam a forma como o Estado [nação] regulamenta suas atividades macroeconômicas, captando as regularidades do nível microeconômico e as transportando para o plano macro. Assim, na TR relaciona-se a forma de organização da produção e o desempenho econômico (LOPES, 2015).

Para Lopes (2015) o desenvolvimento tecnológico, a inovação e as rotinas são altamente dependentes da forma de regulação do sistema, que ocorre a partir configuração das formas institucionais, sendo assim importante observar como as regularidades que se processam no plano micro, e se manifestam no plano macro, afetam o desenvolvimento, conforme **figura 1**.

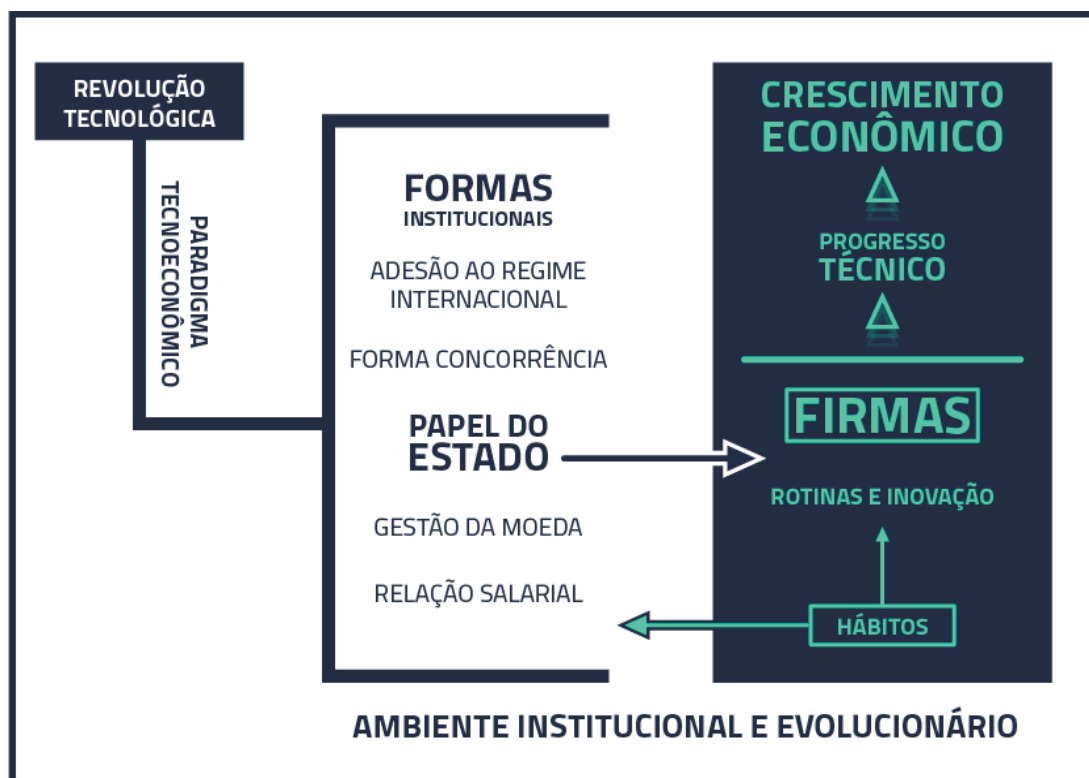


Figura 1 – Crescimento Econômico
Fonte: Adaptado de Lopes (2015)

Nessa perspectiva o desenvolvimento acontece no plano macro, a partir das interações microeconô-

micas, pois é no interior das firmas que se desenvolvem as inovações capazes de proporcionar uma melhor posição de mercado. Nesse sentido, as inovações são influenciadas pelos hábitos compartilhados dos indivíduos envolvidos no processo produtivo e pertencentes a sociedade – estabilidade dos comportamentos e propensão à inovação – dependendo dos incentivos ao progresso técnico. Há aí um processo de retroalimentação entre firmas e Estado “[...] o estado aparece com papel decisivo, pois pode definir a configuração das formas institucionais e criar estímulos para o surgimento e disseminação das inovações [...]” (LOPES, 2015, p.397).

É possível então entender que o Estado possui influência significativa no desenvolvimento local e, portanto, no desenvolvimento territorial, destacando a importância do processo de acumulação de capital e do papel dos sistemas nacionais, regionais e setoriais de inovação. Entretanto, cabe aqui destacar as diferenças entre diferentes Estados.

O extraordinário avanço do capitalismo mundial, apoiado em uma revolução tecnológica é diferente entre os países. Há efetivamente um padrão centro-periferia, que reflete muito bem a as diferenças entre potências ocidentais e os países periféricos. Como países periféricos pode-se distinguir três subgrupos: a) estados falidos; b) as nações que não têm futuro, a partir da perspectiva do desenvolvimento tardio (pequenas economias com progressos limitados de industrialização e posição estratégica fraca), e c) os casos “paradoxais (RIVERA RIOS, 2014). Nesse sentido cabe diferenciar o crescimento econômico moderno - baseado na inovação contínua e o desenvolvimento ou atraso econômico.

A maioria desses países experimentam regularmente *booms* cíclicos de crescimento econômico, associados ao surgimento dos investimentos internacionais, mas sua população vive na pobreza, tendo o poder do Estado uma conotação predatória. Assim, a aprendizagem social é inibida ou limitada. São países atrasados onde o poder é estabelecido, a fim de controlar a produção e reprodução da riqueza. O poder é concentrado por uma coalizão de elites e estruturado hierarquicamente de acordo com o seu acesso a bens e riquezas, levando a estagnação ou subdesenvolvimento do território (RIVERA RIOS, 2014).

O território pode ser entendido, conforme Haesbaert (2007), por distintas concepções das áreas de estudo que se debruçam sobre a discussão deste importante tema. Nesse sentido prevalece ainda a hegemonia da dimensão econômica. Entretanto, Haesbaert (2007) diz que o território pode ser visto como um espaço delimitado e controlado, onde determinado grupo exerce poder em defesa dos seus próprios interesses em detrimento, muitas vezes de anseios mais amplos de outras camadas sociais, mais vulneráveis. O referido autor destaca que território pode ser conceituado como:

[...] dimensão simbólica/cultural através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (uma forma de apropriação e uma dimensão mais concreta de caráter político-disciplinar (e político-econômico): a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2011, p.94).

Para Fisher (1992), território, utilizando a denominação de local, se refere a um espaço delimitado que pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações. Local, portanto, contém o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. Nesse sentido, remete ao estudo do poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os

confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas. O local, para a autora, tem um fundamento territorial, mas não se resume a este, como um espaço geográfico.

Assim, “o que se denomina de local, no Brasil, apesar de considerar a esfera municipal, [...] está além deste recorte territorial e vem, cada vez mais, assumindo o âmbito das relações mais amplas (visíveis ou não) entre o local e o global” (SILVA, 2014, p.40).

Há então uma estreita relação de território-poder, que é explorada em Santos (2000), quando equipara os conceitos de espaço e “território usado”. O autor afirma que o “uso” de natureza econômica define as relações de poder no território. “O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. [...] convidando a pensar [...] as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo” (SANTOS, 2000, p.104-105).

Para Santos (1996 apud SERPA, 2012) o lugar é onde ocorrem as manifestações de espontaneidade e criatividade, podendo o território ser analisado para além das suas dimensões econômicas, políticas e sociais que apontam uma vertente hegemônica.

Nesse sentido, se amplia o entendimento do espaço, se fortalece a identificação dos habitantes, não limitando a análise a uma análise circunscrita a noção de centro-periferia. Portanto, o conceito de lugar para Santos (1994, p.96), pode ser visto como um construto que relaciona o espaço – visto como a própria configuração de um dado território - e o tempo representado pelo período de duração de um conjunto de fenômenos. O lugar ocupa uma posição na mente dos indivíduos, pois o conhecimento do mundo se dá a partir e através dos lugares nos quais se vive. Portanto, os lugares são existenciais, fonte de autoconhecimento e responsabilidade social (RELPH, 1979 apud SERPA 2012).

Para Serpa o lugar pode ser identificado a partir de três componentes básicas que estão inter-relacionadas, que são: traços físicos, atividade e funções observáveis [significados e símbolos]. No lugar, as experiências vão o definindo como histórico, relacional e identitário. Deve-se levar em consideração os aspectos geográficos, as rotinas, os confrontos, os conflitos e as dissonâncias. Os lugares reproduzem as relações sociais, políticas, culturais e econômicas, nas mais diversas escalas de análise.

Com o objetivo de analisar esta relação entre lugar, território e desenvolvimento, apresenta-se em sequência, o distrito de Capoeiruçu.

3. METODOLOGIA

O estudo partiu de levantamento bibliográfico com consulta a publicações diversas sobre o Recôncavo Baiano, região onde está localizado o distrito de Capoeiruçu. Os dados secundários foram levantados através de pesquisa documental.

A pesquisa caracteriza-se como de natureza exploratória sendo o artigo resultante de trabalho realizado em disciplina de Psicologia Comunitária, da Faculdade Adventista da Bahia, contando com a participação ativa dos 79 (setenta e nove) alunos matriculados na mesma.

Com base nestes dados iniciais, elaborou-se como instrumento de coleta de dados um roteiro de

entrevista. As entrevistas foram realizadas por alunos da disciplina, no primeiro semestre de 2016. O número de famílias respondentes foi definido com base no critério de acessibilidade: aqueles que aceitaram participar da pesquisa, após a apresentação dos seus objetivos. Thiollent (1982) afirma que a seleção dos entrevistados por acessibilidade pode ser utilizada quando não é necessária a obediência a regras mecânicas defendidas pela perspectiva positivista e de natureza mais quantitativa. Assim, se supõe a seleção pela disponibilidade do entrevistado, após um primeiro contato. A seleção resulta de uma avaliação da relevância ou da representatividade social (não estatística) das pessoas. Dessa forma, os partícipes da comunidade foram consultados e após conhecerem o objetivo da pesquisa aceitaram responder a entrevista. Assim, 86 famílias aceitaram participar da pesquisa, após conhecerem os objetivos dessa.

Os resultados de campo, foram organizados em relatórios e analisados a partir da análise de conteúdo de Bardin (2010). Para o autor essa técnica infere conhecimento a partir das condições de produção, utilizando-se para isso de indicadores. Inicialmente na fase de pré-análise foram escolhidas as categorias; na segunda fase foi realizada a exploração do material coletado; e, por fim, foi realizado o tratamento dos resultados e interpretação, com inferências e interpretações.

Quanto à abordagem, admite-se aqui o uso da abordagem qualitativa. A análise qualitativa, segundo Bardin (2010) é válida na elaboração de deduções específicas sobre um fenômeno, não se adequando a generalizações. Para esse estudo, por se tratar de um estudo circunscrito ao distrito de Capoeiruçu, tal abordagem é perfeitamente aplicável e adequada.

4. CAPOEIRUÇU UM LUGAR NO RECÔNCAVO BAIANO

Esta seção se estrutura em duas direções. A primeira traça um panorama geral da população e do distrito de Capoeiruçu, sendo seguida de análises relativas às diferentes dimensões analíticas do território, como definido em Haesbaert (2007) e que corroboram com a caracterização de lugar destacada por Serpa (2012): traços físicos, atividade e funções observáveis. Assim, destacam-se os aspectos geográficos, econômicos, políticos e culturais.

No processo de aplicação das entrevistas, dentre as famílias entrevistadas, observou-se que a maioria são famílias em contexto de vulnerabilidade. Segundo relato da coordenadora do CRAS, são 320 famílias cadastradas, sendo apenas 80 delas, na atualidade, plenamente assistidas, o que ainda está muito aquém da demanda social mapeada por esse órgão, em função das suas limitações estruturais, principalmente, do tamanho da equipe.

Identificou-se que os respondentes desenvolvem atividades de baixa complexidade em função da própria condição de vulnerabilidade social e da economia local, que oferece pouca ou nenhuma empregabilidade ou de geração de renda.

Tal composição caracteriza uma população economicamente ativa com atuação em atividades de baixa renda. Já em no que se refere à natureza da relação do seu trabalho, destaca-se o expressivo número de relatos de desemprego e trabalhos informais, cenário que parece caracterizar um panorama de falta de relações formais de trabalho por parte população do distrito.

Em relação aos aspectos geográficos Capoeiruçu está inserido no Recôncavo Baiano, especificamente no município de Cachoeira, portanto compartilha das mesmas características físicas da região. O distrito dista do município de Cachoeira aproximadamente 5 km, mas em função da sua característica geográfica não fica isolado, é inclusive uma das principais vias de acesso ao município.

A cidade de Cachoeira é constituída de três distritos. A cidade possui 395.223 km² de extensão territorial e cerca de 32.026 habitantes, segundo dados do IBGE (2016). Capoeiruçu, especificamente, possui aproximadamente seis mil habitantes (ALBA, 2013). Esse também é o número de habitantes apresentado pelo CRAS.

As características de maior relevância para o território físico são a qualidade de seu solo, o relevo e a presença de um dos principais rios do estado da Bahia, o Paraguaçu (UFBA, 2015).

A região possui relevos de baixada litorânea, tabuleiros interioranos e pré-litorâneos e está a apenas 5 metros de altitude em relação ao nível do mar. Em termos de clima a região apresenta temperatura média anual de 24°C, com médias mensais variando entre 21°C e 26°C. Entre novembro e março apresenta as temperaturas mais elevadas e entre julho e agosto as mais baixas. Quente e úmida em quase todo o ano, apresentando maiores índices pluviométricos no período outono-inverno. Entre abril e setembro apresenta umidade relativa do ar de mais de 78% e nos períodos de seca índices de pouco menos de 75% (GENZ, 2006 apud UFBA, 2015).

Em relação aos aspectos econômicos, segundo Coelho, Santos e Caggy (2016) Capoeiruçu era originalmente uma aldeia de índios Maracás [extinta]. Foi a primeira comunidade rural de Cachoeira a ter energia elétrica, em 1936. Até o final dos anos de 1960 a comunidade enfrentou um dos seus maiores problemas - a falta de água.

Em relação ao aspecto econômico, o município de Cachoeira passou por diferentes situações. De um dos lugares mais importantes em termos de economia, entrou em decadência perdendo gradativamente sua influência a partir de 1940, só conseguindo se recuperar no final do século XX. Dentre os fatores que determinaram o declínio do município, estão o fracasso das fábricas de tecidos grossos e charutos, que deixaram várias mulheres sem emprego e a substituição da hidrovía pelas novas estradas de rodagem, que permitiu um novo processo de marginalização diante de novas redes de transporte, dentre outras coisas (UFBA, 2015).

Os principais indicadores sociais são fornecidos para o município de Cachoeira e não refletem a realidade de Capoeiruçu, visto que a sede conta com maiores fontes de recursos ausentes no distrito. A dimensão econômica reflete a divisão social do trabalho, o que pressupõe uma divisão territorial do trabalho, que se estabelece de diversas formas no decorrer do longo processo de urbanização (SPOSITO, 2012). A ausência do Estado leva a uma busca pelo entendimento das dimensões políticas e culturais.

Em relação a dimensão política cabe destacar que "*O espaço político é um espaço humano que se realiza como domínio do espaço produzido*" (SILVA, 1984). Parte-se do pressuposto de que a dominação opera, de forma delimitada e controlada, através de variados atores, cada um com seus objetivos e ações. Mas destaca-se a atuação do Estado como determinante da condição material experimentada pelos indivíduos.
XXXXXX

A dimensão cultural pode ser entendida, ainda que superficialmente, pela relação estabelecida entre a população local e o território de Capoeiruçu, perpassando diversas questões de identidade e sentimento de pertença, já que o território pode ser concebido enquanto apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social e cultural. Essas questões fortalecem a autoestima dos moradores com relação à comunidade

onde vivem e/ou trabalham. Nesse sentido, se percebe o território construído como espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída e associada ao espaço de ação coletiva e apropriação, onde se criam laços de solidariedade entre os atores. Um sistema social só assegura a pertença de seus membros enquanto eles forem convencidos de sua validade/importância. Esta convicção pessoal também é sustentada por laços sociais (afetivos, familiares, de comprometimento pessoal com o trabalho). Reflete ainda a sua história.

A cidade de Cachoeira foi um dos primeiros núcleos civilizados do território da Baiano século XVI. Há controvérsias quanto a sua origem [1595-1606]. Faz-se referência a fundação da capela de Nossa Senhora da Ajuda, uma iniciativa do Capitão Álvaro Rodrigues, que legou a seus descendentes o encargo de conservá-la. Tal Capitão, em 1654, chefiou uma expedição com o intuito de pôr fim às incursões dos indígenas pelas margens do Paraguaçu (UFBA, 2015).

A importância de Cachoeira também pode ser aquilatada pelas vias de transporte que a ligavam aos grandes centros econômicos da época. Para o porto, convergia o movimento de quase todo o comércio sertanejo de Minas e de vários outros pontos da Província, inclusive a zona do Alto São Francisco, ligada à vila de então por três estradas: a de Muritiba, seguindo pelo Porto de São Félix até dentre outras partes, Minas Gerais e Goiás, a de Belém, ligando-a à parte sul da Província, e a do Capoeiraçu, que seguia em direção à Estrada Real do Gado, por onde eram conduzidas as boiadas do Piauí [...] Durante as lutas da independência foi um dos principais redutos rebeldes da Bahia.

Com importância histórica, a região é marcada pelo sincretismo religioso que liga o catolicismo ao candomblé. Atualmente, a cidade de Cachoeira é um dos principais destinos do turismo étnico-afro na Bahia, mas esta relevância não se estende ao distrito em estudo, cabendo destacar remanescente população quilombola na localidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Distrito de Capoeiraçu ao ser analisado nas dimensões geográfica, política, econômica e cultural pode ainda ser entendido como um lugar que, localizado no Recôncavo Baiano, guarda traços físicos, atividade e funções observáveis. As experiências da população local, constituído inicialmente como aldeia indígena sucederam-se e definiram-no histórica e identitariamente, entretanto a fraca atuação do Estado e o baixo nível de desenvolvimento local afetam a identidade do lugar.

Apesar dos moradores do distrito o reconhecerem como um local aprazível para morar, dada as suas características geográficas, sofrem com a impossibilidade de manutenção das suas famílias em função das características econômicas e de desenvolvimento local. Os aspectos de preservação da história de formação do Distrito são desconhecidos pela população, o que compromete a identidade dessa população.

Assim é possível identificar-se a geografia como elemento mais marcante na definição do "lugar". Os aspectos políticos, econômicos, em função da ineficiência do Estado, afetam negativamente a dimensão cultural, despersonalizando a cultura local que poderia estar fortemente alicerçada nos aspectos historicamente constituídos.

O processo de desenvolvimento pode então ser caracterizado como um desenvolvimento dependen-

te das pequenas e médias corporações que se instalaram nas imediações gerando emprego e renda para a população. Dada a baixa qualificação profissional, a população de insere de forma desqualificada, sem que essa inserção melhore concretamente sua qualidade de vida. O Estado omissivo não desenvolve políticas públicas que potencializem a vocação local: sítios históricos e potencial turístico; foco este que poderia levar ao resgate da estima e pertença da população.

Cabe destacar que por este se tratar de estudo exploratório, há necessidade de novas investigações para melhor entendimento dos fatores que viabilizariam um desenvolvimento sustentável para o distrito em análise. Isto porque Santos (1994) afirma que na medida em que as pessoas e lugares se globalizam, o espaço se torna um construto único de formas distintas de competição e de solidariedade, para a definição das quais é fundamental a informação e a comunicação entre indivíduos. Ou seja, apesar do processo de globalização tender a “unificar” diferentes cenários ao redor do mundo, a força dos indivíduos e do lugar faz com que as diferenças permaneçam. E as diferenças de Capoeiruçu devem, portanto, ser preservadas.

REFERÊNCIAS

ALBA. **Simões pede intervenções em Capoeiruçu**. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/noticias/Impressao.php?id=15798>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

ALMEIDA, Denise Ribeiro. **Notas de aula da disciplina Estratégia de Desenvolvimento Socioterritorial**, ministrada no Mestrado Interdisciplinar do CIAGS. Salvador, setembro de 2012.

BARDIN.L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

_____, Carlos. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.120, p.17-37, jan./jun. 2011. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/263>. Acesso em 02 set 2012.

FISCHER, Tânia. Poderes locais, desenvolvimento e gestão – introdução à uma agenda. In: FISCHER, Tânia (org). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FISCHER, Tânia. **Poder local**: um tema em análise. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 4, 1992, pp. 105-113.

FÓRUM MONITOR FINANCEIRO. **A Teoria dos Ciclos de Kondratieff**. Disponível em: http://www.monitorinvestimentos.com.br/ver_artigo.php?id_artigo=116. Acesso em: 08 nov. 2016.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1981.

_____, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

_____, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. São Paulo, 2005, Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. USP. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf. Acesso em 02 set 2012. p.6774-6792.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 2000.

JORNAL DA MÍDIA. Disponível em: http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2006/01/11/Bahia/Prefeitura_de_Candeias_inaugura_o.shtml. Acesso em: 20 Mar 2013.

LOPES, Herton Castiglioni. **O desenvolvimento econômico: uma proposta de abordagem teórica evolucionária e institucionalista**. Disponível em: < Disponível em: <http://www.monitorinvestimentos.com.br/ver_artigo.php?id_artigo=116>. Acesso em: 08 nov. 2016.

RIVERA RIOS, Miguel Ángel. **Desarrollo económico y trayectorias históricas**: Una aproximación al caso de Brasil y México. Prob. Des, México , v. 45, n. 179, p. 9-33, dic. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0301-70362014000400002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 06 nov. 2016.

SILVA, Márcia da. **Poder local, ideologia e representações sociais**. Mercator (Fortaleza), Fortaleza , v. 13, n. 2, p. 39-51, Aug. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012014000200039&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Nov. 2016.

SACHS, Ignacy. **Espaços e tempos do desenvolvimento**. São Paulo, Vértice, 1986.

SANTOS, Boaventura Souza. **Pela mão de Alice**. 13ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e meio técnico-científico informacional, São Paulo, Hucitec, 4ª ed, 1998.

_____, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n.9, pp. 103-109, jul./dez 2000. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf . Acesso em 02 set 2012.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. GOMES, Paulo César da C. CÔRREA, Roberto Lobato (org). **Geografia: Conceitos e Temas** . Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.